

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

APROVADA POR
UNANIMIDADE

Sessão de 15/06/2022
A Mesa,



SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE ABRIL DE 2022

ATA Nº 03

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Alcácer do Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

Foi efetuada a chamada pelo Primeiro-Secretário da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram nesta sessão, os seguintes Deputados: Vítor Manuel Palmela Fidalgo, Presidente da Assembleia Municipal, Eduardo António Martins Costa, Manuel Fernando da Silva Rocha, Ana Helena Carvalho da Silva (em regime de substituição), Inês Sofia Costa Freitas, António João Bragança Birra (em regime de substituição), Mário Filipe Rebelo Alexandre, Primeiro-Secretário da Mesa, João Miguel Martins Gomes de Almeida, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Ana Rita Martins Tavares (em regime de substituição), Filipe Acácio Loureiro Antunes, Ana Catarina Santos Horta (em regime de substituição), Luzia Maria Carvalho Maurício, Duarte Manuel Roberto Dimas, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Rute Isabel Loureiro Carneirinho Soares Geraldo (em regime de substituição), Hortênsio José Vicente de Sousa, Miguel Luís Mendes Saraiva Lima, Sofia Isabel Rebelo Carvalho, Liliana Patrícia Santos Jacinto, Segunda-Secretária da Mesa, Ana Paula Vinagre Júlio, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal, Inês Camilo de Jesus Casaca (em regime de substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Torrão), Maria José Coelho Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente, e Gabriel Afonso Leal Geraldo.

Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Laura Maria Chané dos Santos, Ana Isabel Bernardo Semião, Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Isabel Maria Tavares Alferes Candeias e Hélder Manuel Telo Montinho, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e trinta e sete minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos trabalhos, tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período antes da ordem do dia:

35 De seguida procedeu-se à análise e votação das atas:

36 - **Sessão realizada em 17 de dezembro de 2021.**

37 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

38

39 - **Sessão ordinária realizada em 25 de fevereiro de 2022;**

40 Intervenções:

41 O Deputado Eduardo Costa referiu que, na página 4, se deveria justificar o porquê de ter
42 acontecido uma segunda votação das Moções referentes à Ucrânia.

43 O Presidente da Assembleia disse que essa questão resultou do pedido da Deputada Inês Freitas
44 de interrupção da sessão, para a Bancada da CDU reunir.

45 O Deputado Eduardo Costa disse que deveria estar referido que em resultado da interrupção dos
46 trabalhos foi pedida a repetição da votação.

47 O Presidente da Assembleia referiu que a primeira votação não teve validade legal, porque uma
48 Deputada pediu para reunir com a sua Bancada e por isso essa questão foi colocada novamente à
49 consideração da Assembleia.

50 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

51

52 - **Sessão extraordinária realizada em 25 de março de 2022.**

53 Intervenções:

54 O Deputado Eduardo Costa disse haver uma incoerência, porque na página 3, linhas 70 e 71,
55 refere que todo o grupo de trabalho concordou com a análise do artigo 13º e nas linhas 74 e 75 o
56 Presidente da Assembleia também o confirma, mas nas linhas 57 e 58 refere que não chegaram a
57 acordo. Sugeriu que as linhas 57 e 58 deveriam ser retiradas ou alteradas.

58 O Presidente da Assembleia disse que um grupo de trabalho serve para, em nome da Assembleia
59 trabalhar num documento em conjunto. Referiu que existia uma questão em específico onde não
60 havia acordo e deu conhecimento ao grupo de trabalho, pelo que não houve acordo da Assembleia
61 nessa matéria, porque o grupo de trabalho não pode falar em nome de todos os Deputados e
62 vincular os restantes. Propôs que a ata fosse votada na próxima sessão, apesar de não ver
63 qualquer contrassenso.

64 O Deputado Eduardo Costa disse que essa justificação vem depois, quando o Presidente refere
65 que o grupo de trabalho pode em algumas questões chegar a acordo, mas só representa cinco
66 Deputados. Referiu que houve acordo entre o grupo de trabalho na redação daquele ponto.

67 O Presidente da Assembleia referiu que os atos do grupo de trabalho não se podem incidir sobre a
68 Assembleia e independentemente de uma ou outra pessoa estar de acordo, não vincula quem

69 esteve no grupo de trabalho e sobre aquele ponto não chegaram a acordo independentemente da
70 opinião pessoal.

71 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 11 votos a favor da CDU, 7 votos contra do PS e 1 voto a**
72 **favor da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

73 O Deputado Eduardo Costa leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
74 reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

75

76 Pelo Primeiro-Secretário da Mesa, Mário Filipe Rebelo Alexandre, foi efetuada a leitura do
77 expediente, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta
78 anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

79

80 O Presidente da Assembleia informou que foram entregues à Mesa, uma **Moção “Comemorar**
81 **Abril”**, apresentada pela Bancada do PS, uma **Moção “Comemorar Abril e o 1º de Maio, afirmar e**
82 **valorizar o poder local democrático”** apresentada pela Bancada da CDU, uma **Moção “1.º de Maio**
83 **por um futuro mais igual”** apresentada pela Bancada do PS, e uma **Proposta de Voto de**
84 **Homenagem “Adriano Correia de Oliveira e Eunice Muñoz”** apresentada pela Bancada da CDU.

85

86 **A Moção “Comemorar Abril”**, apresentada pela Bancada do PS, foi lida pela Deputada Ana Rita
87 Tavares, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma
88 fazendo parte integrante.

89 O Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

90 **A Moção “Comemorar Abril”, foi aprovada por unanimidade.**

91

92 **A Moção “Comemorar Abril e o 1º de Maio, afirmar e valorizar o poder local democrático”**,
93 apresentada pela Bancada da CDU, foi lida pelo Deputado Arlindo Passos, que aqui se dá como
94 reproduzida e transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

95 O Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

96 **A Moção “Comemorar Abril e o 1º de Maio, afirmar e valorizar o poder local democrático”, foi**
97 **aprovada por unanimidade.**

98

99 **A Proposta de Voto de Homenagem “Adriano Correia de Oliveira e Eunice Muñoz”** apresentada
100 pela Bancada da CDU, foi lida pela Deputada Luzia Carvalho, que aqui se dá como reproduzida e
101 transcrita, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

102 O Presidente da Assembleia colocou a Proposta de Voto de Homenagem a votação.

103 **A Proposta de Voto de Homenagem “Adriano Correia de Oliveira e Eunice Muñoz”, foi aprovada**
104 **por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.**

105

106 **A Moção “1.º de Maio por um futuro mais igual”,** apresentada pela Bancada do PS, foi lida pela
107 Deputada Ana Helena Silva, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexo à
108 presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

109 O Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

110 **A Moção “1.º de Maio por um futuro mais igual”, foi aprovada por unanimidade.**

111

112 **Interpelação ao Executivo:**

113 O Deputado Manuel Rocha, no âmbito da transferência de competências na área da educação,
114 disse saber que algumas autarquias manifestaram o seu desagrado com as verbas que têm sido
115 insuficientes e que poderão pôr em causa a saúde financeira dos Municípios, questionou se o
116 Ministério já fez as respetivas transferências e se estão de acordo com o que era expectável.

117 O Deputado Manuel Rocha saudou o executivo por todos os apoios dados ao movimento
118 associativo.

119 O Deputado Miguel Saraiva Lima, leu uma mensagem que recebeu de uma munícipe que diz que
120 quando alguém se dirige ao Posto da GNR com um animal que encontrou perdido na rua, a GNR
121 pede à veterinária municipal para se dirigir ao posto e caso a veterinária não possa ir, torna-se um
122 processo muito demorado.

123 O Deputado Miguel Saraiva Lima, questionou se era oportuno o Presidente da Câmara informar a
124 Assembleia sobre a visita da Polícia Judiciária à Câmara Municipal.

125 A Deputada Ana Horta em relação à questão que colocou na sua última presença na Assembleia
126 sobre uma situação à entrada da Carrasqueira, ao lado do campo de futebol, questionou se essa
127 situação foi averiguada, porque está situada numa curva com entrada e saída de viaturas pesadas
128 sem qualquer informação.

129 O Deputado Duarte Dimas disse que a sua questão é sobre o ponto 13º do Regimento da
130 Assembleia Municipal, porque um dos argumentos do executivo foram os custos.

131 O Presidente da Assembleia, interrompeu o Deputado, referindo que como esse assunto faz parte
132 da ordem do dia será discutido nessa altura.

133 O Deputado João Almeida questionou sobre o ponto de situação da implementação da estratégia
134 local de habitação em Alcácer do Sal, sendo que o problema da habitação continua a agravar-se.

135 A Deputada Inês Freitas, destacou o esforço que o executivo tem feito nos eventos culturais no
136 concelho, nomeadamente as atividades das Bibliotecas Municipais, os eventos realizados no

137 Auditório Municipal e a decisão de avançar com a Feira PIMEL. Referiu ainda, o aumento de
138 dormidas no concelho, perspetivando-se um bom ano para o turismo.

139 A Deputada Ana Paula Júlio referiu que a sua intervenção é na sequência das questões
140 apresentadas pelo Deputado João Almeida sobre a política de estratégia local de habitação, face
141 às carências que são evidenciadas no concelho. Questionou ainda, qual o ponto de situação do
142 procedimento concursal para a atribuição de dois fogos de habitação municipal em regime de
143 arrendamento apoiado.

144 A Deputada Luzia Carvalho, saudou o executivo e todos os técnicos envolvidos no evento
145 denominado “Mergulho na História”, que deu a conhecer e divulgar o património histórico de
146 Alcácer do Sal. A Deputada referiu também que, a Universidade Sénior, retomou as suas
147 atividades, que desde o primeiro momento foram apoiadas pelo executivo.

148 O Deputado Eduardo Costa, enalteceu as duas atividades que ocorreram de apoio e solidariedade
149 ao povo Ucrainiano, uma organizada pelo Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal e outra
150 organizada por doze associações do concelho. Referiu ainda, que os apoios da Câmara às duas
151 iniciativas não foram o que as comissões organizadoras desejavam, e principalmente a primeira
152 que não recebeu qualquer apoio, e na segunda, a capacidade organizativa das associações levou
153 a que algumas dificuldades fossem ultrapassadas, significando que o movimento associativo está
154 vivo e de boa saúde.

155 O Deputado Filipe Antunes questionou sobre como têm decorrido as transferências monetárias no
156 que respeita à transferência de competências.

157 O Deputado Hortênsio de Sousa solicitou informações sobre o novo investimento agroalimentar
158 que está a ser desenvolvido no concelho.

159 A Segunda-secretária enalteceu que a vertente desportiva tem sido reavivada, destacando a
160 reabertura das piscinas cobertas e a realização do Grande Prémio da Páscoa, dando os parabéns
161 ao executivo e a todos que estiveram envolvidos na sua organização.

162 O Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Presidente da Câmara e aos Vereadores do
163 executivo permanente para responderem às questões colocadas.

164 O Presidente da Câmara, em relação à questão colocada pelo Deputado Eduardo Costa,
165 esclareceu que as duas iniciativas de solidariedade para com o povo Ucrainiano tiveram o apoio da
166 Câmara Municipal. Informou ainda que, o Município está a prestar apoio e acompanhamento a
167 famílias ucranianas, residentes no concelho e que também apoiaram os Bombeiros do Torrão
168 numa deslocação à fronteira da Ucrânia.

169 Sobre as questões dos Deputados Manuel Rocha e Filipe Antunes colocaram, no que respeita à
170 transferência de competências, o Presidente da Câmara disse que receberam uma verba para

171 custear os vencimentos, que foi insuficiente para os respetivos encargos. O Presidente da Câmara
172 referiu haver uma grande cooperação entre o Município e a direção dos Agrupamentos de Escolas.
173 Relativamente à questão apresentada pelo Deputado Miguel Saraiva Lima, o Presidente da
174 Câmara informou que a Câmara teve a visita da Polícia Judiciária, que solicitou documentos de
175 processos de contratação pública e da venda de um ativo e informou que o processo está em
176 segredo de justiça.

177 Em resposta ao Deputado Hortênsio de Sousa, o Presidente da Câmara informou que são três os
178 investimentos agroalimentares e estão a ser acompanhados pelas entidades competentes.

179 O Vereador Manuel Vitor, em relação à questão colocada pelo Deputado Miguel Saraiva Lima,
180 disse que a situação está resolvida, foram entregues chipes aos três postos da GNR do concelho.
181 Sobre a questão colocada pela Deputada Ana Horta, o Vereador referiu que estão em conjunto
182 com o proprietário e a Herdade da Comporta a tentar arranjar um terreno para que o proprietário
183 possa continuar com a respetiva atividade.

184 No que respeita à questão do Deputado João Almeida, o Vereador Manuel Vitor esclareceu que a
185 implementação da estratégia local de habitação é um processo que está a decorrer, é moroso e é
186 feito em várias fases.

187 A Deputada Ana Horta, referiu que não se trata de acabar com a respetiva exploração, mas sim
188 sinalizar o local.

189 O Deputado João Almeida, em relação à estratégia local de habitação, reforçou a sua questão no
190 sentido de perceber se o que está balizado será prolongado no tempo ou se todo o processo será
191 repensado.

192 O Deputado Eduardo Costa esclareceu que quando se referiu às atividades, não disse que não
193 houve apoio, mas sim que o mesmo ficou aquém do pretendido. Disse ainda, que em uma das
194 atividades, o transporte não foi cedido, impedindo assim que muitos alunos estivessem presentes.

195 Em relação à questão colocada pelo Deputado Eduardo Costa, a Vereadora Ana Soares disse que
196 o pedido feito pelo Agrupamento das Escolas foi cedido na totalidade. Esclareceu que não foi feito
197 nenhum pedido em relação a transportes.

198 A Deputada Ana Júlio, reforçou a sua questão sobre o procedimento concursal de duas habitações
199 municipais.

200 O Presidente da Câmara, respondeu que a Comissão retomou o processo que é complexo e
201 demorado, envolvendo muitos procedimentos para confirmação do que está em causa e que em
202 breve será submetido à Câmara a proposta de deliberação.

203

204 **Feita a introdução à informação referente ao Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2021 da**
205 **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcácer do Sal, por parte do Presidente da**
206 **Assembleia, foi posta à discussão para análise e conhecimento a proposta n.º 01 da referida**
207 **convocatória.**

208 **Foi tomado conhecimento da informação.**

209 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
210 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

211

212 **Feita a introdução à informação referente à proposta do Regimento da Assembleia Municipal, por**
213 **parte do Presidente da Assembleia, foi posta à discussão para análise e votação a proposta n.º 02**
214 **da referida convocatória.**

215 **Intervenções:**

216 O Deputado Manuel Rocha, agradeceu o trabalho efetuado por todo grupo de trabalho, feito com
217 reuniões esclarecedoras e construtivas. Referiu que, o que foi concertado no grupo de trabalho,
218 não pode ser transcrito para uma decisão final, porque tiveram que colocar o documento à
219 consideração de todos os Deputados de cada Bancada. Acrescentou que, desde o início sabiam
220 que seria difícil chegar a acordo em tudo e que havia dois artigos onde seria mais difícil haver
221 entendimento, mas chegaram a acordo em tudo o resto, nomeadamente, com a alteração de o
222 público poder falar no início das sessões.

223 O Deputado Eduardo Costa referiu que é competência dos grupos de trabalho definir o número de
224 elementos e a metodologia de trabalho. Sugeriu que pudessem recuar até ao texto do artigo 13º
225 decidido na última reunião.

226 O Deputado Miguel Saraiva Lima esclareceu que representa uma coligação, mas é independente.
227 Referiu que, estava convencido que havia um acordo de cavalheiros, em relação ao artigo 13º, de
228 acordo com uma exigência do PS e achou estranho o mesmo ter sido modificado à última da hora.

229 O Presidente da Assembleia disse que se isso acontecesse o grupo de trabalho estaria a tirar
230 competências à Assembleia.

231 A Segunda-Secretária referiu que o grupo de trabalho fez um excelente trabalho, mas salientou o
232 trabalho do Presidente da Assembleia, que dedicou muitas horas ao documento do ponto de vista
233 jurídico. Acrescentou que, o grupo de trabalho representa seis Deputados e não poderia ser um
234 documento aprovado sem uma das Bancadas estar de acordo.

235 O Deputado Eduardo Costa referiu que não estão a medir horas de trabalho e que todos sabem o
236 envolvimento do Presidente e de todos os elementos do grupo de trabalho. Disse que, por sua
237 iniciativa cedeu em relação ao artigo 10º, para haver cedência da CDU em relação ao artigo 13º,

238 mas agora não faz sentido a aprovação tácita do artigo 10º, uma vez que um compromisso político
239 não foi cumprido.

240 O Deputado Ricardo Campos referiu que do lado da CDU não houve cedências e não concordaram
241 com a inclusão do artigo 13º, que tem custos e deve ser avaliado.

242 A Deputada Inês Freitas referiu que estão a falar de um artigo dos oitenta e três do Regimento, que
243 tem um peso muito importante para os assuntos tratados na Assembleia Municipal.

244 O Deputado Manuel Rocha recordou que todo o grupo de trabalho sabe aquilo que foi discutido na
245 última reunião, onde houve cedências, mas depois o documento foi analisado pelos demais
246 Deputados da CDU e não houve acordo.

247 O Deputado João Almeida considerou estranho que, depois do grupo de trabalho ter produzido um
248 documento, com um texto fechado e acordado para ser votado na Assembleia, o documento é
249 apresentado à Assembleia com um artigo alterado, porque a Bancada da CDU não concordou.
250 Acrescentou que, havia um texto acordado pelo grupo de trabalho e a metodologia era de que seria
251 colocado a votação e se houvesse posições diferentes sobre esses artigos, seriam retirados do
252 texto e votados separadamente.

253 O Presidente da Assembleia recordou que quando o grupo de trabalho foi criado, disse que iriam
254 tentar chegar a acordo com um documento fechado, mas se não fosse possível as matérias em
255 que não houvesse acordo seriam votadas à parte.

256 O Presidente da Assembleia referiu que irá colocar a votação o Regimento sem o artigo 13º, n.º 3,
257 que será votado à parte. Questionou a Bancada do PS se o artigo 10º é para ser alterado.

258 O Deputado Duarte Dimas, em relação ao artigo 13º, n.º 3, questionou se já tem o valor dos custos,
259 uma vez que a justificação dada para a não inclusão foram os custos.

260 O Deputado Ricardo Campos disse que os valores serão disponibilizados quando for lida a
261 declaração de voto da CDU.

262 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que, em sessões anteriores, o executivo foi acusado de ser
263 despesista e agora o PS pretende que as sessões sejam transmitidas online, que têm custos
264 desnecessários, quando as sessões já são gravadas em áudio que podem ser consultados e são
265 abertas ao público.

266 O Deputado Eduardo Costa referiu que a questão colocada pelo Deputado Duarte Dimas sobre os
267 custos não foi respondida.

268 O Presidente da Assembleia disse que essa questão foi respondida.

269 O Presidente da Assembleia questionou a Bancada do PS se, em relação ao artigo 10º, n.º 2
270 mantém o texto atual ou tem outra proposta.

271 O Deputado Eduardo Costa referiu que mantém a proposta inicial, de as sessões da Assembleia
272 Municipal serem realizadas no Auditório Municipal.

273 O Presidente da Assembleia colocou a votação:

274 **-Votação do Regimento sem o Artigo 10.º, n.º 2 e sem o Artigo 13.º, n.º 3.**

275 **Deliberação: Aprovado por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS e 1 voto a**
276 **favor da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

277

278 **-Votação na especialidade da proposta do PS para o Artigo 10.º, n.º 2, de que as sessões da**
279 **Assembleia Municipal tenham lugar no Auditório Municipal.**

280 **Deliberação: Rejeitada por maioria, com 13 votos contra da CDU, 11 votos a favor do PS e 1**
281 **abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

282

283 **-Votação na especialidade da proposta da Mesa para o Artigo 10.º, n.º 2, de que as sessões da**
284 **Assembleia Municipal tenham lugar no Salão Nobre.**

285 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS e 1**
286 **abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

287

288 **-Votação na especialidade da proposta do PS para o Artigo 13.º, n.º 3, para que as sessões da**
289 **Assembleia Municipal sejam gravadas em áudio e em vídeo e difundidas online pelos serviços do**
290 **Município.**

291 **Deliberação: Rejeitada por maioria, com 13 votos contra da CDU, 11 votos a favor do PS e 1**
292 **abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

293

294 **-Votação na especialidade da proposta da Mesa para o Artigo 13.º, n.º 3, para que as sessões da**
295 **Assembleia Municipal continuem a ser gravadas, devendo os respetivos registos ser mantidos e**
296 **disponibilizados no sítio eletrónico do Município.**

297 **Deliberação: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 votos contra do PS e 1**
298 **abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

299 O Deputado Ricardo Campos leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá
300 como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

301 O Deputado Eduardo Costa leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
302 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

303

304 **Feita a introdução à proposta referente à Prestação de Contas de 2021, por parte do Presidente da**
305 **Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 03 da referida convocatória.**

306 Intervenções:

307 O Deputado Eduardo Costa referiu que a taxa de execução da receita foi de 95,5%, da despesa foi
308 de 58,7% e tiveram o maior saldo gerência de sempre de 14,1 milhões de euros. Acrescentou que,
309 a disponibilidade financeira nem sempre significa uma boa gestão e ter saldos orçamentais
310 elevados não significa que os recursos estejam a ser suficientemente utilizados.

311 O Deputado Manuel Rocha realçou o acréscimo positivo de 9 milhões de euros de 2020 para 2021
312 no resultado orçamental e que o Município para além de assegurar essa verba, manteve os apoios
313 e executou obra. Considerou que está a ser feita uma boa gestão, ao contrário daquilo que foi
314 propagado e fruto dessa gestão no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses o Município de
315 Alcácer do Sal subiu de 39º para 33º. Considerou que o futuro do concelho está assegurado.

316 A Deputada Inês Freitas elogiou a forma como o executivo e as suas equipas técnicas tem utilizado
317 os fundos comunitários, que são uma excelente ferramenta.

318 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que um executivo que apresenta um saldo tão positivo não
319 pode ser apelidado de fazer uma má gestão.

320 A Deputada Luzia Carvalho disse que há um tempo atrás a preocupação da Bancada do PS era
321 que o Presidente da Câmara iria levar o Município à bancarrota e agora o Município apresentar um
322 superavit de 14 milhões de euros vai ser um problema.

323 Após solicitação do Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Dr. °
324 Carlos Grenha, Revisor Oficial de Contas, que prestou algumas informações sobre a certificação
325 das contas do Município.

326 O Presidente da Assembleia agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Dr. °
327 Carlos Grenha.

328 O Deputado Eduardo Costa referiu que dos 11.8 milhões de euros de receita, 7.2 milhões de euros
329 foram da venda do terreno e 2.8 milhões de euros foram do IMT, que foi o dobro do esperado e
330 esses valores provavelmente não se vão repetir. Concluiu que a venda do terreno foi propositada e
331 que sem essa situação excecional o saldo de gerência não seria o mesmo.

332 O Deputado João Almeida felicitou os serviços técnicos do Município que elaboraram o documento.
333 Em relação à execução da despesa considerou estranho que a execução do maior orçamento do
334 Município tivesse sido igual à execução feita em 2018 e em 2019 em termos percentuais. Disse
335 que, em valores nominais a despesa tem vindo a crescer. Referiu que, 2020 e 2021 foram anos de
336 relançamento da economia e de apoio às famílias e ao enorme aumento da receita não houve um
337 acompanhamento em termos da despesa, mas sim uma redução da execução da despesa.

338 Acrescentou ainda que, se a execução da despesa tivesse sido ao nível de 2020, a Câmara
339 Municipal teria tido mais 4.35 milhões de euros para gastar no apoio às famílias, às associações e
340 às empresas. Referiu que são opções políticas que lamentam.

341 O Deputado Hortênsio Sousa referiu que, com um superavit de 14 milhões de euros as contas
342 evidenciam boa saúde financeira e que mesmo sem a venda do terreno dos Brejos da Carregueira
343 teriam um superavit de 7 milhões de euros. Felicitou o executivo pelo excelente trabalho
344 desenvolvido e valorizou o facto de o prazo médio de pagamento ser de 18 dias.

345 O Deputado Eduardo Costa relativamente ao saldo gerência de 14.1 milhões de euros disse que se
346 retirarem as receitas não previstas, da venda do terreno e do IMT e considerando que a despesa
347 subiu 2.8%, o saldo gerência desce para 1 milhão de euros. Acrescentou ainda que, com um
348 passivo de 12.5 milhões de euros, dos 14.1 milhões de euros, restam 1.5 milhões de euros. Referiu
349 que, a capacidade de endividamento do Município é de 4.5 milhões de euros, estão disponíveis 3
350 milhões de euros e verificam que o Município dispõe de 4.5 milhões de euros em comparticipação
351 nas despesas de capital, com recurso aos fundos comunitários, que é um valor muito escasso e
352 assim tiveram que deixar cair os projetos e as obras enunciadas.

353 O Presidente da Câmara referiu que, antigamente os Deputados criticavam o lado da despesa,
354 particularmente as despesas com pessoal e a aquisição de bens ou serviços e agora o problema é
355 a receita efetuando uma comparação com uma taxa de execução que não foi cumprida.

356 O Presidente da Câmara disse que no próximo ano não vão ter estes resultados, mas com o
357 recurso ao crédito que fizeram a 0,33% e a 0,34% ficaram com uma almofada financeira para os
358 tempos futuros e que é melhor ter um saldo positivo de 14 milhões de euros do que ter um saldo de
359 500 mil euros. Referiu que não fazem cativações, não tem obsessão pelo défice, não retiram
360 funcionários públicos aos Tribunais e não deixam de investir em serviço social e serviço público.
361 Acrescentou que, o NÓNIO foi para servir as pessoas, assim como as obras que fizeram e os
362 apoios prestados às famílias, às IPSS e aos Bombeiros. O Presidente da Câmara disse que, se
363 tivesse na oposição teria muitas dificuldades em abster-se ou votar contra esta prestação de
364 contas.

365 O Deputado Eduardo Costa em relação à referência do Presidente sobre uma nova postura da
366 Bancada do PS, disse que não se mantêm amarrados ao passado, porque estão no presente e têm
367 de olhar para o futuro. Sobre as despesas com pessoal, reafirmou que não são contra a
368 contratação de funcionários e colaboradores para o Município, mas estão preocupados com o
369 futuro, porque as despesas com pessoal têm vindo desde 2015 constantemente a subir na ordem
370 dos 400/500 mil euros por ano.

371 **A Proposta em discussão foi aprovada por maioria, com 13 votos a favor da CDU, 11 abstenções**
372 **do PS e 1 abstenção da Coligação “Todos Juntos Para Que Alcácer Ganhe”.**

373 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
374 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

375 A Deputada Luzia Carvalho leu uma Declaração de Voto da Bancada da CDU, que aqui se dá
376 como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

377 O Deputado Eduardo Costa leu uma Declaração de Voto da Bancada do PS, que aqui se dá como
378 reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

379

380 **Feita a introdução à proposta referente à aprovação da versão final do Projeto de Regulamento de**
381 **Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Alcácer do Sal e remessa do mesmo para**
382 **aprovação da Assembleia Municipal, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão**
383 **para análise e votação a proposta nº 04 da referida convocatória.**

384 **Intervenções:**

385 O Deputado Eduardo Costa disse que os Deputados do PS se congratulam com o documento e
386 também pela inclusão das propostas sugeridas pelo PS em relação ao IMI, ao IMT e à Derrama.
387 Referiu que é um primeiro passo para a fixação de empresas, de população e para o
388 desenvolvimento e a reabilitação urbana, que apesar de ser bom ainda não é suficiente.

389 **A Proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

390 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
391 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

392

393 O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que apresentasse as propostas n.º
394 05 e 06 em conjunto, para serem discutidas em conjunto e votadas em separado.

395 **Feita a introdução à proposta referente ao contrato de delegação de competências entre a Câmara**
396 **Municipal de Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal, por parte do**
397 **Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta nº 05 da referida**
398 **convocatória.**

399 **Intervenções:**

400 O Deputado Eduardo Costa disse que a informação que dispõe não coincide com a referida pelo
401 Presidente. Referiu ter reservas com os valores dos duodécimos que os Agrupamentos de Escolas
402 estão a receber, porque considera que 3.300 mil euros para o Agrupamento de Escolas do Torrão e
403 13.500 mil euros para o Agrupamento de Escolas de Alcácer do Sal são insuficientes. Acrescentou

404 que, os Agrupamentos de Escolas também têm reservas e dúvidas relativamente a horários,
405 avaliação e contratação.

406 O Presidente disse não ter compreendido a intervenção do Deputado Eduardo Costa.

407 O Deputado Eduardo Costa referiu ser natural que não tenha percebido porque não disse tudo
408 sobre os contactos e a reservas que tiveram e que poderão falar numa próxima oportunidade.

409 **A Proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

410 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
411 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

412

413 **A proposta referente ao contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal de**
414 **Alcácer do Sal e o Agrupamento de Escolas de Torrão, foi posta à discussão para análise e**
415 **votação a proposta nº 06 da referida convocatória.**

416 **A Proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

417 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
418 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

419

420 **Feita a introdução à proposta referente à aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta**
421 **Contra Incêndios 2022-2031 - Município de Alcácer do Sal, por parte do Vereador Manuel Vítor, foi**
422 **posta à discussão para análise e votação a proposta nº 07 da referida convocatória.**

423 **Intervenções:**

424 O Deputado Arlindo Passos deu os parabéns, por finalmente, terem este documento e deixou um
425 louvor ao trabalho dos técnicos da Câmara Municipal.

426 **A Proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

427 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
428 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

429

430 **Feita a introdução à proposta referente à autorização de tomada de posse administrativa da**
431 **parcela de terreno do prédio sito em Foros de Albergaria, da União de Freguesias de Alcácer do**
432 **Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana (Deliberação para efeitos do disposto no**
433 **artigo 19º do Código das Expropriações), por parte do Vereador Manuel Vítor, foi posta à discussão**
434 **para análise e votação a proposta nº 08 da referida convocatória.**

435 **A Proposta em discussão foi aprovada por unanimidade.**

436 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
437 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

438 Feita a introdução à informação referente ao relatório de atividades, por parte do Presidente da
439 Câmara, foi posta à discussão para análise e conhecimento a proposta n.º 09 da referida
440 convocatória.

441 Intervenções:

442 O Deputado Eduardo Costa referiu que o relatório tem vindo a ser melhorado, nomeadamente já
443 vem expressa informação sobre o NÓNIO e a ZIL. Relativamente à qualidade da água sugeriu que
444 a informação fosse complementada com os editais trimestrais dos resultados das análises, que são
445 públicos.

446 O Presidente da Câmara informou que os editais têm 40/50 páginas e questionou se pretendem
447 que se adicione ao relatório todas essas páginas.

448 **Foi tomado conhecimento da informação.**

449 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
450 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

451

452 **Intervenções do Público** (Artigo 21 do Regimento)

453 No período de intervenção do público não houve inscrições.

454

455 **A ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.**

456

457 À presente sessão corresponde a gravação n.º 03/2022 arquivada nos serviços da Assembleia
458 Municipal.

459 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas onze
460 horas e cinquenta e oito minutos, do dia vinte e dois de abril do ano dois mil e vinte e dois. Nós,
461 Nuno Manuel Carvalho e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, assistentes técnicos,
462 redigimos a presente ata, que assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

463

464 O Presidente da Assembleia Municipal

465

466

467

468

Os Assistentes Técnicos

469

470

471

472






ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ata nº2 de 25 de março de 2022

Considerando que uma ata de uma reunião é um instrumento histórico, capaz de reportar para o futuro os sentimentos, as atitudes e a vida de um povo, deve a mesma ser fiel a essa vivência humana.

No decurso da revisão do Regimento da Assembleia Municipal 2021 – 2025, o Grupo de Trabalho empossado para essa tarefa, acordou, logo na primeira reunião, a metodologia de trabalho, a qual foi sempre cumprida, até à última sessão, como comprovam as intervenções, nomeadamente do deputado Eduardo Costa e do Sr. Presidente da Mesa, respetivamente nas linhas 70 e 74-75, da ata nº2 de 25 de março de 2022.

Contudo o texto que relata a intervenção do Sr. Presidente da Mesa, expresso nas linhas 57 e 58, contradiz o facto acima enunciado, o que se torna numa incoerência interna do documento.

Interpelado sobre esta incoerência semântica o Sr. Presidente da Mesa não aceitou a observação feita e, conseqüentemente, a eliminação de tal afirmação, pelo que o Grupo Municipal do PS vota contra a aprovação da ata nº2 de 25 de março de 2022, por não pactuar com uma inverdade, escrita num documento de extrema importância desta Assembleia Municipal.

Alcácer do Sal, 22 de abril de 2022


O Representante do Grupo Municipal do PS


(Eduardo António Martins Costa)

APROVADA POR
UNANIMIDADE

MOÇÃO "COMEMORAR ABRIL"

Sessão de 22/4/2022
A Mesa,



25 de abril de 1974, a "Revolução dos Cravos" desencadeada pela ação heroica do Movimento das Forças Armadas, logo seguido do apoio popular, simboliza um momento determinante na história contemporânea de Portugal.

Comemorar o 25 de abril é celebrar a democracia, a liberdade individual e coletiva, a consagração da cidadania e as profundas transformações democráticas, políticas, económicas, sociais e culturais.

Comemorar o 25 de abril é celebrar o fim da guerra colonial e do regime que a promoveu, o fim da opressão, da privação de liberdade, e da limitação dos direitos fundamentais dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e da intervenção dos cidadãos na vida política.

Comemorar o 25 de abril é celebrar o fim da ditadura fascista, o fim da perseguição de democratas, homens e mulheres, que resistiram e lutaram pela liberdade, enfrentando privações, prisões, tortura e até a morte. *A mais justa homenagem que lhe podemos fazer é perpetuar a Revolução de Abril, lutar pela democracia e pela liberdade como direitos fundamentais.*

Porque a Revolução de abril nos deu a Liberdade, o fim da guerra colonial e o direito do povo Português de decidir o seu futuro, conscientes que a vida dos cidadãos melhorou com o desenvolvimento da escola pública, da segurança social, serviço nacional de saúde e poder local democraticamente eleito, existem ainda motivos para considerar que há um caminho a percorrer no sentido de um maior desenvolvimento, de mais emprego digno, de mais justiça social, de maior igualdade de oportunidades, de transparência e proximidade dos cidadãos.

Não podemos nunca deixar de comemorar abril, por um Portugal com futuro, livre e desenvolvido.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em 22 de abril de 2022, delibere:



1. Saudar os “Capitães de abril” e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;
2. Render homenagem a todos e a todas que lutaram durante décadas de opressão pela liberdade, pela cidadania e pelos direitos humanos sociais e culturais dos cidadãos;
3. Manifestar-se favoravelmente ao trabalho com direitos e à proteção no desemprego, ao aumento geral e gradual dos salários, das pensões de reforma e à melhoria dos apoios sociais às famílias;
4. Manifestar-se, também, pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, da escola pública de qualidade e inclusiva, e ainda da Segurança Social universal e solidária.

Alcácer do Sal, 22 de abril de 2022

O Grupo Municipal do Partido Socialista

APROVADA POR
UNANIMIDADESessão de 22/4/2022
A Mesa

VJL

MOÇÃO**Comemorar Abril e o 1º Maio, afirmar e valorizar o poder local democrático**

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efectivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em ruptura total com elas.

Comemorar o 25 de Abril e o 1º de Maio em liberdade e em democracia constitui um dever ético para os que prezam a liberdade e acreditam que é no quadro da democracia e na linha da constituição de Abril que se poderão encontrar as soluções necessárias para o nosso país.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida em 22 de abril de 2022, delibera:

1. Saudar o 48.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;
5. Valorizar as diversas iniciativas de comemorações do 25 de Abril e apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se associarem às comemorações do 1º de Maio

Alcácer do Sal, 22 de Abril de 2022

Os Eleitos da CDU

APROVADO POR
UNANIMIDADESessão de 22/04/2022
Alcáçer do Sal

Proposta de voto de homenagem

Adriano Correia de Oliveira

Adriano Correia de Oliveira nasceu na cidade do Porto, em 9 de Abril de 1942, tendo falecido em Avintes, em 16 de Outubro de 1982, completando-se 80 anos do seu nascimento, pelo que está a ser alvo de diversas iniciativas, organizadas a nível nacional, por parte duma Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que incluem concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes por todo o país.

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, Adriano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, tendo tido uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à Academia.

Adriano foi um músico intérprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção. São célebres algumas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre, como “Trova do vento que passa”, espécie de hino da resistência dos estudantes à ditadura de Salazar. Foram editados diversos álbuns pela Orfeu, desde 1967, como “Adriano Correia de Oliveira”, “O canto e as armas”, “Cantaremos”, “Que nunca mais” e “Cantigas portuguesas”. Foram, igualmente, editados singles e EP’s antes e depois de 25 de Abril de 1974.

Adriano Correia de Oliveira recebe várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Eunice Muñoz

Eunice do Carmo Munhoz, mais conhecida por Eunice Muñoz nasceu em Amareleja, a 30 de Julho de 1928, tendo falecido a 15 de abril de 2022. Eunice foi uma atriz de referência do teatro, televisão e cinema português, tendo sido considerada, unanimemente, uma das melhores atrizes portuguesas de todos os tempos. Foi galardoada com o título de doutora honoris causa pela Universidade de Évora, em 2009.

Com origens numa família de atores, estreou-se no teatro desmontável da família, a Trupe Carmo, com apenas 5 anos, cantando a cantiga «Uma Porta e Uma Janela». Em 1941, com 13 anos, estreou-se no Teatro Nacional D. Maria II, na peça Vendaval, de Virgínia Vitorino, com a Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro, onde o seu talento foi imediatamente reconhecido.

Em 1946 dá-se a sua estreia no cinema, aparecendo no filme de Leitão de Barros, Camões. Por esta interpretação, Eunice ganha o prémio do Secretariado Nacional de Informação, para a melhor atriz cinematográfica do ano.

Continua a carreira de sucesso, no cinema e no teatro, tendo entretanto interrompido a sua actividade teatral, por um período de quatro anos, para grande exclamação dos jornais, dos críticos e do público. A sua reaparição dá-se em Joana D' Arc, no palco do Teatro

Avenida. Multidões agrupavam-se na Avenida da Liberdade, desejosas de obter um bilhete para ver Eunice, que a crítica aclama como genial.

Posteriormente, aparece com regularidade na televisão, em peças repetidas, por desejo expresso do público, e dedica-se à divulgação de poetas que ama, quer em disco, quer em recitais.

Em 1991, celebram-se os seus 50 anos de Teatro, com uma exposição no Museu Nacional do Teatro, sendo Eunice condecorada, em cena aberta, no palco do Teatro Nacional, pelo Presidente da República, Mário Soares.

Em Maio de 2012, sofreu uma queda no Teatro Nacional D. Maria II, tendo partido os dois punhos e lesionou a cervical. Em 2013 sofreu outro revés, quando lhe foi diagnosticado cancro da tiróide.

Em Abril de 2021, ao comemorar 80 anos de carreira, retira-se da carreira artística com a peça A Margem do Tempo, acompanhada pela neta, Lídia Muñoz, onde foi condecorada com a Grão-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Já em Outubro do mesmo ano, foi inaugurada, em Amareleja, município de Moura, sua terra natal, a Casa de Memórias Eunice Muñoz.

Morreu a 15 de abril de 2022, aos 93 anos, no Hospital de Santa Cruz, onde se encontrava internada há dois dias, tendo sido decretado luto nacional por um dia.

Eunice Muñoz, figura notável da cultura nacional, disse ao falar de Abril: "Em 1974, vi Portugal renascer às mãos de quem lhe queria bem, às mãos de capitães que ousaram trazer ao povo a liberdade na forma da flor do cravo. Pela memória desse país de medo e solidão, não pode haver nada que nos possa fazer voltar ao redil.

Com ou sem batom vermelho, direi ao fascismo disfarçado, até que não possa dizer mais: Não, não passarão.

Eunice Muñoz era presença regular em Alcácer do Sal, nomeadamente na Pimel e na Comporta. Para nós, Alcacerences, foi um privilégio receber uma atriz com um dom ímpar e um talento surreal para a representação, referências que irão permanecer para a eternidade.

Assim, a Assembleia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, reunida no dia 22 de Abril de 2022, delibera aprovar:

1- Um voto de homenagem a Adriano Correia de Oliveira, saudar as Comemorações do 80º aniversário e apoiar o programa comemorativo organizado pela Comissão Executiva.

2 - Um voto de pesar pelo falecimento de Eunice Muñoz expressando os mais profundos sentimentos a todos os familiares.

Alcácer do Sal, 22 de Abril de 2022
Pela CDU,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO

APROVADA POR
UNANIMIDADE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO - 1º de Maio

“Por um Futuro mais igual”

Sessão de 22/04/2022
A Mesa.

Desde 1891, no congresso operário internacional em França, que, anualmente por todo o mundo, se presta homenagem aos trabalhadores de Chicago que, três anos antes, morriam nas ruas em luta pelo trabalho digno. Importa referi-lo porque o simbolismo dos eventos que desde então se organizam pelo mundo fora, têm sempre o mesmo propósito, lutar pelo trabalho digno. Foram os factos históricos que transformaram o 1º de Maio no Dia do Trabalhador, como também é histórico e longo o caminho para a igualdade entre homens e mulheres trabalhadores.

Em Portugal, as mulheres trabalhadoras continuam a ganhar menos de remuneração base, do que os homens trabalhadores. A taxa de emprego a tempo completo das mulheres é inferior à dos homens. A taxa de emprego a tempo parcial das mulheres é superior à dos homens trabalhadores. Em média, as mulheres dedicam mais 04h23m, por dia ao trabalho não pago, às tarefas domésticas e ao trabalho de cuidados.

As batalhas travadas em prol da Igualdade de Oportunidades, da Igualdade de Género, pela Liberdade Sindical, por um Trabalho com direitos e condições e por uma vida mais digna para todos, que conduziram o país a um Código promotor da Igualdade entre mulheres e homens (da qual é exemplo a lei da Parentalidade) tem de ser mantida viva diariamente.

Assim, o 1º de Maio de 2022, deve honrar a memória daqueles que lutaram para que as atuais gerações pudessem viver de forma condigna, como também manter a centralidade da temática da Igualdade do Género no mundo do trabalho.

Os estudos apontam que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no universo laboral deverá passar pela divulgação das boas práticas para o equilíbrio entre mulheres e homens em lugares de decisão, apoiando o acesso das mulheres a essas funções através das suas competências individuais e atuando ao nível dos processos de recrutamento e de desenvolvimento de carreiras, incluindo políticas de remuneração



mais igualitárias; pela aplicação de medidas e ações de prevenção de combate ao assédio moral e sexual e de reparação de danos ou prejuízos causados no clima organizacional; adoção de planos para a igualdade e de códigos de ética e de conduta, que assegurem a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho.

Por um Portugal mais igual, em que ninguém fique para trás, que jamais exista discriminações, assédios morais, trabalho precário e condições deficientes e inseguras de exercício das atividades profissionais.

Assim, os deputados do Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, saúdam o 1º de Maio, não apenas como um dia de comemoração e homenagem, mas também como um momento de importante reflexão sobre os desafios para o mundo do trabalho, nomeadamente a igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho e no emprego, em diálogo, de forma a se construírem os necessários consensos para a resolução efetiva dos problemas.

Alcácer do Sal, 22 de abril de 2022

O Grupo Municipal do Partido Socialista



Declaração de Voto sobre filmagem e transmissão de vídeo das sessões da Assembleia Municipal

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, votam contra a inclusão no novo Regimento da Assembleia Municipal da transmissão de vídeo das sessões da Assembleia, salientando o seguinte:

1. Consideramos que, as soluções utilizadas até aqui garantem a total transparência e a possibilidade de rever os temas debatidos, referimos, a gravação áudio de todas as sessões, disponível na página oficial da Câmara Municipal, a par de toda a documentação disponibilizada, ferramentas aliadas ao caráter público das sessões.
2. A filmagem e transmissão vídeo das sessões da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, exigem um conjunto de recursos técnicos e financeiros que não se configuram prioritários para o Concelho;
3. Considera-se ainda que, caso este serviço fosse adquirido para as sessões da Assembleia Municipal teriam que se contemplar as sessões extraordinárias, quando estas não são passíveis de calendarizar a longo prazo. Ressalvamos também, que esta forma de comunicação iria considerar-se essencial para as reuniões de Câmara, estas de periodicidade mais regular o que agravaria ainda mais os custos penalizando fortemente áreas sociais.
4. A disponibilização de meios e condições técnicas, as quais, uma vez que não residem na autarquia, teriam que ser asseguradas por uma empresa subcontratada para o efeito, acarretando custos e dificuldades inerentes que se materializam num valor orçamentado em 800€ por sessão. Somando as anuais 5 sessões ordinárias de Assembleia, acrescidas das 23 reuniões de Câmara, o investimento fixa-se no valor de 22.400€;
5. Afirmamos também que a falta de cobertura de rede, em vários locais quando as reuniões da Assembleia Municipal sejam descentralizadas, pode condicionar o cumprimento dessa intenção;
6. Consideramos ainda que, o elevado investimento que esta atividade acarreta, deve ser canalizado para outras áreas, designadamente nos apoios sociais, na área da saúde e na proteção dos mais carenciados;

Pelas razões elencadas, valorizamos o envolvimento presencial da população nas sessões da Assembleia Municipal, e empenharemos esforços para que do longe se faça perto, descentralizando sempre que necessário e possível estas reuniões que são de todos os Alcacerenses.

Alcácer do Sal, 22 de abril de 2022

Os eleitos da CDU



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO

Revisão do Regimento - 2021 – 2025

Na atualidade, é uma prática corrente, em diversos órgãos municipais, independentemente da sua dimensão, recursos financeiros ou força política maioritária eleita, a disponibilização das suas sessões em formato digital, áudio e vídeo, tendo inclusivamente a Associação Nacional de Assembleias Municipais emitido parecer sobre a *“possibilidade de gravação e transmissão de reunião de Assembleia Municipal à luz do atual quadro legal”*.

Na reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, realizada em 19 de Novembro de 2021, foi deliberado, por unanimidade, a constituição de um grupo de trabalho para a revisão do Regimento; este foi constituído por representantes de todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal, e cujos elementos foram indicados e mandatados pelas mesmas, com poderes de transmissão de posicionamentos políticos e negociais, no propósito da maior produtividade e celeridade nos trabalhos, sendo as suas tomadas de posição vinculativas.

Em 2 de dezembro de 2021, realizou-se a primeira reunião do grupo de trabalho para a revisão do Regimento e cuja ordem de trabalhos tinha como ponto único “Metodologia para o processo de revisão do regimento”; Assim, ficou acordado que a Mesa e os representantes dos Grupos Municipais, mandatados pelos deputados dos mesmos, iriam analisar, debater e tentar acordar unanimemente nas redações que fossem propostas; se o mesmo acontecesse, iriam as mesmas ser integradas no documento para aprovação final pela Assembleia, caso não reunissem consenso seriam, esses artigos, extraídos, apreciados e votados separadamente pela Assembleia.



No decorrer de 5 meses de trabalho e de reuniões, todos os artigos mereceram concordância unânime dos elementos do grupo de trabalho, incluindo os 2 artigos em análise final, artigo 10º e 13º, tendo o representante do Grupo Municipal do PS cedido na redação proposta pelo grupo da CDU, quanto ao primeiro artigo referido, e compreendido as razões para a não inclusão do artigo 13º - *“os meios envolvidos eram onerosos e constituíam despesas não contempladas em orçamento municipal para 2022”*, ao que nós propusemos o início das transmissões de áudio e vídeo em direto, somente a partir do ano 2023; Assim, estando satisfeitas as propostas e/ou ultrapassadas as dificuldades, o grupo de trabalho concordou com a inclusão dos dois artigos referidos, no documento final. Logo, o documento estava fechado, restando agora a sua votação.

Aquilo que verificámos, com a proposta emanada da CDU, foi uma subversão dos princípios, metodologia e propósitos do Grupo de Trabalho, num desrespeito, ausência de confiança e numa desautorização total dos seus membros, no geral, e dos representantes da força partidária, agora em rota de oposição – CDU, numa alteração unilateral e falta de honra no cumprimento dos compromissos políticos assumidos por todos, o que deita por terra, todo o trabalho de 5 meses, todo o esforço, o empenho e o espírito democrático dos deputados em particular, e o deste órgão – Assembleia Municipal.

“Quem ama não tem medo”, diz Miguel Esteves Cardoso, então se amamos Alcácer, se amamos as suas populações, se amamos os seus jovens, se amamos aqueles que trabalham, se amamos a liberdade, a democracia, a prosperidade e o desenvolvimento, então não tenhamos medo de amar; não aprovar este Regimento no seu todo é negar todo esse amor, é negar todos os discursos empolgados de reconhecimento e valorização daqueles que aqui vivem e que aqui trabalham. Por último, é uma expressão de inequívoco medo.



PS

Estes são, em síntese, por todas as razões referidas, os fundamentos para o Grupo Municipal do PS votar contra a aprovação do Regimento para 2021 - 2025.

Alcácer do Sal, 22 de abril de 2022

O Representante do Grupo Municipal do PS


(Eduardo António Martins Costa)

DECLARAÇÃO DE VOTO

O documento da prestação de contas aprovado na câmara municipal e submetido a análise e votação nesta assembleia é um documento que reflete a execução dos objetivos traçados pela CDU. A rigorosa e boa gestão financeira e de investimento de acordo com o previsto em orçamento e plano de actividades . A capacidade de preparação de projetos e obtenção de financiamento comunitário e o cumprimento rigoroso das regras contabilísticas designadamente a regra do equilíbrio orçamental consagrado na lei 73/2013.

É um documento que reflete também que, no exercício do ano de 2021, ainda que novamente condicionado pela pandemia, foram significativos e decisivos para as instituições e as populações do concelho os apoios concedidos pela autarquia substituindo por vezes o poder central nos apoios aos serviços de saúde locais aos bombeiros as instruções de solidariedade social e não deixando de continuar a apoiar o movimento associativo e reforçando os apoios às famílias ao nível da ação social escolar.

Foi um exercício que reflete a aposta no progresso e modernização do município a concretização de importantes projetos de que salientamos apenas alguns;

- . **implementação dos circuitos de Transporte de passageiros “ Nónio “**
- . **Reparação da passagem hidráulica da estrada de santa Catarina.**
- . **ETAR do Bairro do Forna da Cal.**
- . **Asfaltamento da Estrada de acesso a Rio de Moinhos e respetiva sinalização;**
- . **Cobertura do Mercado Municipal do Torrão;**
- . **Finalização do Parque Urbano.**
- . **Conclusão das Infraestruturas de Foros de Albergaria;**

. No exercício de 2021 o grau de execução atingiu o patamar de 95%.

. Verifica-se um rigoroso controle da despesa e a redução do prazo de pagamento a fornecedores para 18 dias .

Com as dificuldades e as contingências sentidas foi garantido o cumprimento dos objetivos e compromissos assumidos com a população do nosso concelho e merece dos eleitos da CDU nesta assembleia o seu total apoio e o seu voto favorável.

Alcácer do Sal , 22 de Abril de 2022

Os Eleitos Pela CDU



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DECLARAÇÃO DE VOTO Prestação de Contas - 2021

Pela análise da prestação de contas submetida a esta Assembleia é-nos possível aferir a fiabilidade dos orçamentos e principalmente das taxas de execução do executivo municipal.

As previsões têm ficado sempre afastadas da realidade, deixando ano após ano, bem evidente a gestão deste executivo CDU.

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício de 2021 apresentaram-se como o maior orçamento de sempre, com uma enumeração vasta de atividades e investimentos, por se tratar de um ano de fecho de mandato e, por inerência, um ano de novas eleições.

Analisando, comparativamente, as taxas de execução da receita e da despesa verifica-se que, enquanto a primeira é de 95,5 %, já a segunda fica-se pelos 58,7%, o que demonstra que muito ficou por fazer, isto é, o prometido não foi cumprido.

Quanto ao saldo de gerência referido, de 14.1 milhões €, também ele anunciado com o maior da história de Alcácer, é uma falácia, porquanto, se retirarmos as receitas "não previstas" da venda do terreno e da diferença dos impostos diretos (IMT) o saldo de gerência desce em relação a 2020; para já não falar do passivo total de 12.5 milhões €. De onde se conclui (i) a não acontecer esta situação excecional não haveria aumento da receita; (II) que *"a disponibilidade financeira, a liquidez, nem sempre significa uma boa gestão. Um município com saldos orçamentais elevados, não significa que as disponibilidades dos recursos que tem, estejam a ser suficientemente utilizados, em prol do investimento e do município"*. (in: ata de reunião da AM de Abril 2014)

É de referir ainda que capacidade de endividamento do município, por lei, é de 4.5 milhões € e que por utilizar estão 3 milhões €; assim conclui-se que o município tem uma margem de disponibilidade financeira para coparticipar em despesas de capital, com recurso a fundos comunitários, praticamente nula, hipotecando todos os projetos, todos os investimentos, todas as promessas, todo o desenvolvimento futuro de Alcácer do Sal.

Nesta conformidade e pelo acima exposto, os deputados eleitos do Partido Socialista abstêm-se na votação desta "Prestação de Contas de 2021".

Alcácer do Sal, 22 de abril de 2022

O Representante do Grupo Municipal do PS


(Eduardo António Martins Costa)